

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: A vacina é a privatização.....	2
Título: BR do Mar vai ao Senado, mas ainda com divergências.....	3
Título: Governo zera IOF de crédito entre dias 15 e 31	5
Título: ‘Humaitá’ vai ao mar após batismo de presidente	5
Título: » Veja... ..	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Assinado há 5 anos, Acordo de Paris resiste a negacionismo	6
Título: Sem apagão.....	9
VEÍCULO: O Globo.....	10
Título: Petrobras e governo têm novo embate sobre pré-sal	10
Título: Bolsa acumula ganho de 1,2% na semana	12
Título: Investimento da CSN no Rio.....	13
Título: TUDO PARADO	14
Título: IOF: isenção volta a valer até dia 31	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: STJ autoriza privatização	15
Título: Greve será decidida na segunda	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/12/2020****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: A vacina é a privatização**

O ano de 2020 está terminando ou nunca começou? Bom é se nunca tivesse iniciado ou que pudesse ser deletado. Como nada disso é possível, vamos à realidade e fazer algumas constatações, análises e reflexões sobre este ano em que o mundo ficou de cabeça para baixo.

No início da pandemia, lá pelos meses de abril e maio, as previsões eram de que o PIB brasileiro iria cair uns 7% a 8%, o consumo dos combustíveis e de energia elétrica começou a despencar e a inadimplência, a aumentar. As privatizações seriam novamente empurradas para a frente, junto com as reformas no Congresso. As consequências principais: aumento do desemprego, queda na renda e fechamento de inúmeros negócios de todos os tamanhos. Tempestade perfeita.

O que ocorreu de fato: o PIB deve cair em torno de 4% a 4,5% e o consumo de energia elétrica e de combustíveis teve uma recuperação mais rápida do que todos imaginavam. Na energia elétrica, tivemos no início da pandemia preços como R\$ 50/MWh, e agora já passaram os R\$ 500/MWh, e a demanda cresceu com a retomada da economia no terceiro trimestre. Assim, em ano de pandemia estamos passando por um momento de medo de apagão no setor elétrico. Isso porque o setor está refém de duas variáveis exógenas às adversidades climáticas, dado que a matriz elétrica está muito dependente de fontes intermitentes, como hidrelétricas a fio d'água, eólicas e solares, e que o crescimento econômico em 2021 deve voltar com a chegada das vacinas. Sem falar da governança do setor elétrico, que precisa ser revista.

As privatizações continuam não ocorrendo na velocidade esperada e desejada. Isso por falta de políticas públicas, legislações e, principalmente, vontade política e determinação. Isso gera instabilidade regulatória, insegurança jurídica e, consequentemente, as privatizações continuam sendo pouco atraentes para o investidor privado nacional e o estrangeiro. Basta ver como a concorrência para a compra de ativos tem sido baixa, mesmo com um dólar supervalorizado.

Exemplos não faltam. Na venda das refinarias da Petrobrás temos, praticamente, uma empresa por refinaria. Na Bahia, só apareceu o Fundo Mubadala. Nas duas melhores refinarias à venda, a do Paraná e a do Rio Grande do Sul, parece só haver dois interessados, a Raízen e a Ipiranga, que pela regra do jogo só poderão comprar uma das duas. Ou seja, no fundo, temos só uma

empresa por refinaria. No caso da Gaspetro apareceram somente duas propostas e o processo aparentemente estaria suspenso por causa de questões ligadas ao Termo de Compromisso de Cessão (TCC) firmado entre a Petrobrás e o Cade. Neste processo de venda da Gaspetro também foi veiculada na imprensa a intenção da Mitsui de vender a sua parte na empresa.

Ainda na área do gás natural a Petrobrás comunicou o cancelamento de investimento no projeto de adequação de infraestrutura da unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba. A decisão teria sido tomada por causa da perda de atratividade econômica do projeto. Mas isso vai significar menos gás natural no sistema e mostra que a ideia é reinjetar mais gás do pré-sal e importar GNL.

No setor elétrico, o apagão do Amapá reacendeu o discurso dos contrários à privatização da Eletrobrás, alegando que o incidente do incêndio dos transformadores mostrou a ineficiência da administração privada e a importância de mantermos a Eletrobrás estatal.

Ao contrário, é de extrema importância que o Congresso retome o projeto de privatização da Eletrobrás e, concomitantemente, a agenda de modernização do setor. Apesar dos esforços por melhores resultados, a privatização da Eletrobrás urge, diante da restrita capacidade de investimento. As seis últimas distribuidoras pertencentes à estatal foram privatizadas em 2018, contribuindo para cessar com a sangria nos cofres da companhia.

Em 2021, precisamos apagar 2020 levantando a bandeira da privatização, que foi usada de forma correta na campanha do presidente Bolsonaro, mas que, infelizmente, por uma série de razões, tem ficado mais na retórica do que na prática. A vacina para a economia brasileira voltar a crescer em 2021 é a privatização. E novos investimentos, em particular dos setores ligados à infraestrutura.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Economia

Autor: Cristian Favaro Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: BR do Mar vai ao Senado, mas ainda com divergências

Governo comemorou aprovação na Câmara, mas projeto ainda têm pontos polêmicos para empresários do setor

Apesar da comemoração do governo federal sobre o avanço do programa BR do Mar, que busca tornar mais competitivo o setor de cabotagem (transporte via navio entre portos), empresários e representantes do segmento demonstraram preocupação com alguns pontos do texto. Entre as principais críticas está a ausência de medidas para atacar dois dos principais problemas hoje: a reserva de mercado para a mão de obra e os custos do combustível.

A Câmara finalizou nesta semana a votação do projeto, que segue agora para o Senado. Liderado pelo Ministério da Infraestrutura, a estimativa do governo é conseguir ampliar em 40% a frota marítima dedicada a esse tipo de navegação nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados. Um dos pilares do projeto é aumentar a concorrência por meio da flexibilização dos afretamentos (aluguel) de embarcações estrangeiras – tanto no formato “a tempo” (quando a bandeira do país de origem é mantida) como no modo “casco nu” (quando o navio passa a operar com bandeira brasileira).

Hoje, as regras para afretamento são consideradas restritivas. O diretor executivo da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), Luís Fernando Resano, disse que o BR do Mar desde o início não teve o apoio total da entidade. Um dos pontos apontados diz respeito à mão de obra. A proposta do governo é que, nos novos formatos de afretamento a tempo, a tripulação seja composta de, no mínimo, dois terços de brasileiros.

Em relação aos contratos, o texto aprovado pela Câmara define que serão aplicáveis as regras internacionais estabelecidas por organismos internacionais devidamente reconhecidos, e abre espaço para que a empresa e os trabalhadores negociem em acordo normas mais flexíveis que as da CLT. Para Resano, no entanto, a exigência de dois terços de brasileiros na tripulação joga contra a tentativa de redução de custos – uma das grandes vantagens do afretamento a tempo. Para ele, um dos objetivos do BR do Mar é reduzir o que eles chamam de circularização. Hoje, as empresas de navegação só podem fretar um navio com bandeira de fora quando não há embarcação com bandeira brasileira disponível. “Esses navios no modelo circularizado ficam na costa brasileira esperando essa ‘migalha’.

Não é uma frota da cabotagem. Ela está aqui pela oportunidade. Se a proposta do BR do Mar não tiver custo operacional melhor, a circularização vai continuar existindo”, disse. Segundo ele, o modelo é bem mais caro, uma vez que o navio não firma contrato longo de prestação de serviço, e esse seria o motivo do mecanismo ser atacado. Uma alternativa para remediar a questão da mão de obra seria manter a exigência atual de trocar um quinto da tripulação por brasileiros após noventa dias e, depois de 180 dias, elevar para um terço a troca.

Resano diz esperar mudança quando o texto for votado no Senado. O Ministério da Infraestrutura disse entender que deve haver um equilíbrio entre “a necessária presença de brasileiros” para a manutenção da segurança da navegação e os custos de operação das embarcações. Quando o projeto foi apresentado, a previsão era de que os contratos de trabalho seguiriam as normas do país de origem do navio. Após discussões na Câmara em conjunto com o governo, o trecho ficou de fora. Técnicos entenderam que, com a nova redação, os riscos de judicialização seriam reduzidos, uma vez que a própria reforma trabalhista define que o negociado em acordo prevalece em relação à CLT.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Economia

Autor: Sandra Manfrini / BRASÍLIA

Título: Governo zera IOF de crédito entre dias 15 e 31

O governo voltou atrás e resolveu zerar novamente o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito, seguro e câmbio contratadas nos últimos 15 dias deste mês. A medida, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, consta de decreto entra em vigor a partir do dia 15.

O imposto foi zerado em abril, em razão do impacto da pandemia da covid-19. Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro estendeu a isenção até o fim do ano, ao custo de R\$ 21 bilhões no total. No fim de novembro, porém, o governo antecipou em um mês o fim da isenção da cobrança do IOF ao anunciar a isenção das contas de luz dos moradores do Amapá afetados por e apagão elétrico.

Em nota, a Secretaria Geral da Presidência da República, afirma que o aumento da arrecadação do IOF já compensou os gastos de ajuda ao Amapá e o governo decidiu zerar o IOF.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Política

Autor:

Título: ‘Humaitá’ vai ao mar após batismo de presidente

O presidente Jair Bolsonaro participou ontem da cerimônia de batismo do submarino Humaitá, o segundo construído no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que prevê quatro embarcações. O

acordo foi firmado em parceria com a França em 2008, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e os submarinos são construídos no Complexo Naval de Itaguaí, na região metropolitana do Rio. O Humaitá tem 72 metros e capacidade de deslocamento de 1,8 mil toneladas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Veja...

Coluna do Estadão

Chama a atenção em relatório do Operador Nacional do Sistema sobre o apagão do Amapá uma das medidas indicadas pelo próprio ONS para ele mesmo adotar: aprimorar a comunicação com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico e com a Aneel.

» ...só. O objetivo seria notificar casos de equipamentos indisponíveis por mais de 60 dias na Região Norte. O ONS reconheceu que faltou comunicação prévia.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Especial

Autor: Alia Carolina Amaral

Título: Assinado há 5 anos, Acordo de Paris resiste a negacionismo

Tratado deu sinal verde para economia de baixo carbono e inspira tendência

São Paulo- Celebrado em uma noite de sábado, no dia 12 de dezembro de 2015, o Acordo de Paris já nasceu como um sucesso diplomático, com recorde de assinaturas dos países no mesmo dia e entrada em vigor menos de um ano depois.

Com metas de longo prazo para conter as emissões de gases-estufa, o tratado sinaliza a transição de investimentos para uma economia menos dependente de emissões de carbono e outros causadores do aquecimento global.

No entanto, de lá para cá, o otimismo diante do maior esforço global pelo clima foi transformado em suspense por conta da ascensão de líderes de direita ligados a movimentos que negam as mudanças climáticas, especialmente em

países-chave para a agenda climática: os Estados Unidos, maior emissor histórico de gases-estufa, e o Brasil, dono da maior floresta tropical do mundo.

Marcados pelas eleições dos presidentes Trump e Bolsonaro, os cinco anos do Acordo de Paris têm como marca a resiliência política do acordo, reafirmado nesse período por lideranças na Europa e na China. Também segue sendo incorporado a acordos comerciais, como é o caso do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, cuja votação pelo Parlamento Europeu depende justamente de esclarecimentos sobre o cumprimento ao acordo climático, que deve implicar em redução do desmatamento na Amazônia.

“Estamos dizendo aos países da América do Sul e da África: não vamos continuar comprando os mesmos produtos que consumimos no passado. Há uma mudança de padrão”, disse à Folha Yvon Slingenberg, diretora de ação climática da Comissão Europeia.

“Sem comentar sobre a política ambiental brasileira, vemos com preocupação que o setor florestal, que é chave para a redução das emissões no Brasil, não aparece na nova meta [do Acordo de Paris, divulgada nesta semana pelo governo Bolsonaro]”, acrescentou, criticando também o fato de o prazo brasileiro para atingir a neutralidade de carbono estar condicionado à implementação de um mercado de carbono. O Brasil tem barrado esse item nas negociações da ONU.

“Se você coloca sua transição condicionada a um fator externo, não vai ajudar o próprio país a sinalizar para onde a economia e a sociedade precisa ir”, afirma Slingenberg.

Ela também aponta que o investimento privado será fundamental — inclusive para a arrecadação de US\$ 100 bilhões anuais prometidos pelos países desenvolvidos a partir deste ano — e diz que a União Europeia deve lançar no próximo março uma estratégia financeira para obrigar empresas a expor seus riscos ligados a dependência de fontes de energia fóssil e direcionar o mundo financeiro para investimentos verdes.

A sinalização econômica dada pelo Acordo de Paris já ganhou efeitos visíveis nesses cinco anos, segundo relatório publicado nesta semana pela consultoria Systemiq, voltada para negócios sustentáveis.

“Essa direção [dada pelo Acordo de Paris] aumentou a confiança de líderes para fornecer sinais consistentes nas políticas. Por sua vez, isso criou condições para empresas investirem e inovarem, e para soluções ‘carbono zero’ ganharem escala, de veículos e elétricos a proteínas alternativas [à carne bovina], até combustível sustentável para a aviação”, diz o relatório.

A pesquisa mostra que, de 2015 para cá, as soluções de baixo carbono no setor energético deixaram de ser um nicho e se tornaram um mercado de massa, enquanto soluções que ainda estavam em desenvolvimento em setores de transporte, agricultura, manejo de solos e aviação ganharam mercado de nicho. O relatório projeta que esses setores avancem para um mercado massivo até 2030.

Essa também é a aposta de empresas do setor de energias renováveis, especialmente de solar e eólica. Em seu relatório anual, a Statkraft, uma das maiores empresas de energia renovável na Europa, afirma que o segmento conseguiu se manter em crescimento mesmo durante a pandemia. A empresa também investe no Brasil e projeta que “20% da eletrificação brasileira seja proveniente de fontes eólica e solar até 2030”.

O país, no entanto, está aquém da meta de expansão das energias renováveis e perdeu cinco posições no ranking de desempenho climático produzido pela organização Germanwatch, que classificou a política climática brasileira no nível mais baixo.

Apesar de ter estabilizado o consumo de energia, o Brasil tem aumentado suas emissões, mesmo durante a pandemia, por conta das altas seguidas no desmatamento. No relatório anual Emissions Gap Report, o Brasil aparece junto à Indonésia e ao Congo entre os maiores emissores ligados à derrubada de florestas.

Por outro lado, o país também figura, junto a China, Rússia e Estados Unidos, entre os maiores ‘tanques’ de absorção de carbono, através da gestão de unidades de conservação para que florestas permaneçam de pé.

Globalmente, as emissões de gases-estufa subiram de 53 bilhões de toneladas em 2015 para 55 bilhões em 2020. No entanto, o gás carbônico, que responde pela maior parte das emissões, desacelerou as emissões nos últimos anos e sofreu uma queda recorde na quarentena para conter a pandemia de Covid-19. O principal impacto se deve à redução das emissões do setor de transportes, responsável por quase 20% das emissões globais.

Com a pandemia, a projeção é que o ano de 2020 termine com uma redução de 7% nas emissões de gás carbônico. Se a taxa for repetida anualmente nos próximos dez anos, o mundo conseguirá alcançar a meta do Acordo de Paris de conter o aumento da temperatura global em até 1,5°C. A maior aposta para essa trajetória está na adoção de critérios de sustentabilidade para os planos de recuperação econômica pós-pandemia.

O que torna a possibilidade de uma retomada econômica verde ainda mais otimista é um novo estudo publicado nessa semana pela revista científica *Nature Climate Change*. Pela primeira vez mostrou-se que as reduções de emissões de gases-estufa seguindo o Acordo de Paris podem ter benefícios climáticos já nos próximos 20 anos, desacelerando o aquecimento global ainda antes de 2050.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/12/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Sem apagão

À diferença do que disse Bolsonaro, não há risco de falta de energia, mas pressões sobre as tarifas

Com a ligeireza e o desconhecimento que lhe são característicos, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o aumento da conta de luz em dezembro constitui mecanismo para evitar o risco de apagão.

Trata-se, na verdade, de uma operação de precaução quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas cai a níveis preocupantes e são acionadas em maior grau as usinas termelétricas, de custo mais elevado —o que já está em curso no país desde outubro.

O que ocorre nessas situações é a definição pela agência reguladora do setor, a Aneel, de uma majoração na conta do consumidor.

A gradação da instituição segue as chamadas bandeiras (verde, amarela e vermelha), com valores crescentes de custo. Para dezembro, definiu-se a bandeira vermelha 2, que aumenta a tarifa da energia residencial em R\$ 6,24 a cada 100 kWh (quilowatt-hora).

Segundo especialistas, não há risco de apagão no curto prazo. À diferença de que se observava em 2001, o sistema nacional conta com maior disponibilidade de usinas termelétricas e melhor interligação das redes de transmissão.

Nos últimos anos foi grande o crescimento do potencial gerador, inclusive nas modalidades eólica e solar, além de concessões para a construção de novas linhas.

Ainda assim, é fato que os níveis dos reservatórios estão abaixo da média em razão do legado do clima mais seco dos últimos anos e do atraso do início da

estação chuvosa, o que é comumente associado ao fenômeno climático La Nina. A situação se mostra mais preocupante nas regiões Sul e Sudeste.

A conta de luz poderá cair nos primeiros meses de 2021, caso as chuvas sejam abundantes. Outros fatores, porém, vão pesar para os consumidores, entre eles pleitos das distribuidoras por reposições nas tarifas devido a problemas acumulados durante a pandemia, como inadimplência e congelamentos.

Está no horizonte ainda a retomada do consumo de energia, que já recuperou o nível anterior à Covid-19, impulsionado por setores como a indústria. O Operador Nacional do Sistema (ONS) prevê crescimento de 19% até 2025.

A médio prazo, não se pode descartar a possibilidade de falta de energia, no caso de expansão da economia acima das expectativas.

A solução está em investir na geração, com uso cada vez maior de fontes alternativas e novas tecnologias. Melhorar a capilaridade e a resiliência da rede de transmissão é também fundamental para garantir segurança energética.

Após passar por vários testes de estresse nos últimos anos, a regulação evoluiu—e existe capital privado para novos investimentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Petrobras e governo têm novo embate sobre pré-sal

Estatal e União divergem sobre campos que não foram vendidos em megaleilão realizado há um ano. **Ministério de Minas e Energia** quer rever termos de contrato de exploração para licitar áreas novamente e torná-las mais atraentes para investidores

A Petrobras e o governo vivem um novo embate sobre campos de petróleo gigantescos localizados na Bacia de Santos, no litoral do Rio. A estatal e a União voltaram a discutir termos do acordo chamado tecnicamente de cessão onerosa, que trata da exploração do pré-sal na região, mesmo depois da empresa já ter recebido R\$ 34,4 bilhões do governo pela revisão desse contrato.

Há um ano, o governo fez um megaleilão de petróleo no qual só conseguiu vender dois dos quatro blocos de petróleo que fazem parte desse acordo. A discussão de agora ocorre por causa dos outros dois blocos que o governo tentará leiloar no próximo ano. A ideia é rever termos do acordo para tornar os

campos mais atraentes para os investidores, o que aumentaria a atratividade do certame e a possibilidade deles serem arrematados.

REFORÇO DE CAIXA

A cessão onerosa foi um contrato assinado entre a Petrobras e o governo federal pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de explorar e produzir cinco bilhões de barris de óleo em seis blocos do pré-sal da Bacia de Santos, em 2010. A Petrobras pagou R\$ 75 bilhões naquele ano por este direito. A medida foi parte do processo de capitalização da companhia, no qual a Petrobras levantou recursos para fazer frente aos investimentos previstos para o desenvolvimento dos campos do pré-sal.

Ao ceder os cinco bilhões de barris à Petrobras, foi fixado um preço de US\$ 8,51 por barril, considerando o preço de reserva (sem custo de exploração). O contrato previa que o valor seria revisto quando os campos já contassem com a declaração de comercialidade, ou seja, quando houvesse mais segurança a respeito do volume de petróleo. Isso ocorreu em 2014. A partir daí, começaram as negociações entre Petrobras e União.

As conversas se arrastaram por anos, até a assinatura do acordo que garantiu à Petrobras ser ressarcida em R\$ 34,4 bilhões por diferenças entre o momento em que o acordo foi firmado e a situação atual do mercado.

A revisão do contrato abriu caminho para que o governo realizasse o leilão do excedente desses campos. Como estudos geológicos mostraram mais tarde que pode haver até 15 bilhões de barris ali, esse excedente foi levado a leilão em novembro de 2019.

Dos quatro campos leiloados, apenas dois foram arrematados pela própria Petrobras. A União faturou R\$ 69,9 bilhões com a licitação. Desse total, além da parte que foi destinada à estatal, R\$ 11,73 bilhões foram repartidos com estados e municípios. O Tesouro Nacional embolsou, no fim, R\$ 23,8 bilhões.

DIVISÃO DOS CAMPOS

Restam ainda dois blocos para serem licitados, cuja estimativa de arrecadação é de R\$ 36,6 bilhões, e o leilão está previsto para 2021. Se o leilão atingir seu objetivo, estados e municípios dividirão R\$ 11 bilhões (o equivalente a 30%), e o Rio, um extra de R\$ 1 bilhão (ou 3% do total), porque os blocos estão no seu litoral. Um sucesso nesse leilão, portanto, pode ajudar a reforçar as contas da União, estados e municípios em 2021.

Para tentar atrair interessados para os campos de Atapu e Sépia, o Ministério de Minas e Energia prepara mudanças nos parâmetros da licitação, com objetivo

de reduzir o que o governo considera incertezas por conta da complexidade do leilão.

São questões técnicas como a divisão dos campos e a atualização deles para os parâmetros atuais do mercado. Esses blocos já estão em operação, por isso é preciso encontrar mecanismos técnicos para deixá-los mais atraentes para investidores.

O objetivo é aumentar a competitividade da disputa.

Uma das pendências é o processo de unitização desses campos. Esse processo, a grosso modo, consiste na divisão do óleo e do gás entre operadores de campos vizinhos. Como os hidrocarbonetos são extraídos do subsolo, é complicado saber de qual jazida o material é originário.

PARECER DA PROCURADORIA

A Petrobras, por outro lado, tem se manifestado contra as mudanças nos parâmetros, avaliando que pode sair perdendo. Para tentar resolver a situação, o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras solicitaram um parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Ministério da Economia.

Para a Petrobras, de acordo com fontes que participam das discussões, não é possível definir novos parâmetros para o leilão dos volumes excedentes nos campos de Atapu e Sépia porque isso afetaria o seu acordo inicial com o governo. A estatal considera que o termo de revisão já assinado é direito adquirido. Os parâmetros poderiam ser revistos por meio de portaria do MME.

Os dois campos leiloados em novembro de 2019 foram comprados pela própria Petrobras, que já opera nos locais. Petroleiras concorrentes consideram ser necessário reduzir os riscos atrelados aos campos de Atapu e Sépia para entrar numa nova disputa, de maneira a garantir um retorno financeiro aos campos.

Procurada, a Petrobras disse que não comenta o assunto. O MME não respondeu.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2020

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS

Título: Bolsa acumula ganho de 1,2% na semana

Após a euforia da véspera, os mercados tiveram ontem um dia de mais cautela, com os investidores de olho na cena política interna e em desdobramentos sobre o auxílio financeiro nos Estados Unidos.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, fechou estável, aos 115.128 pontos, mas acumulou um ganho de 1,2% na semana.

No câmbio, o dólar subiu 0,14%, aos R\$ 5,044, mas registrou uma desvalorização de 1,54% na semana.

Apesar de o relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC), ter decidido deixar a votação da proposta para o ano que vem, o anúncio não gerou grande impacto entre os agentes do mercado.

— Até as eleições para a presidência da Câmara e do Senado, parte dos investidores não espera coisa alguma vindo do Congresso — afirmou o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Valloni.

Na agenda externa, as atenções permanecem voltadas para o impasse entre democratas e republicanos sobre o pacote de ajuda nos EUA.

— O impasse no programa de estímulos americano causa impactos no longo prazo, como um atraso na recuperação econômica, e também no curto prazo, com os investidores monitorando estes indicadores — disse Stefany Oliveira, analista da Toro Investimentos.

ELETROBRAS SOBE 5,65%

A cotação do barril de petróleo tipo Brent terminou o dia com recuo de 0,55%,. Isso fez com que as ações ordinárias (ON, com direito a voto) e preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras perdessem, respectivamente, 0,85% e 0,9%.

Na ponta dos ganhos, os papéis da Eletrobras subiram 5,65% depois que o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que a privatização da estatal do setor elétrico estará na pauta no primeiro semestre de 2021.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Investimento da CSN no Rio

O governador Cláudio Castro esteve, ontem, em São Paulo, com a direção da Companhia Siderúrgica Nacional. Foi negociar uma nova planta fabril no Rio. Investimento na casa de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2020

Seção: Colunas

Autor: Alvaro Gribel

Título: TUDO PARADO

Panorama Econômico

O anúncio do senador Márcio Bittar de que desistiu de encaminhar a PEC Emergencial este mês mostra que o ano termina como começou: com o governo batendo cabeça na articulação política. Na quinta-feira, o Senado alterou a Lei do Gás, que voltará para a Câmara, e ninguém espera que o projeto seja votado antes da eleição do novo presidente da Casa. “A pauta agora só desata quando resolver as presidências do Congresso e se souber o novo perfil de ministério do governo”, aposta o economista-chefe da Acrefi, Nicolas Tingas.

Miriam Leitão está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: IOF: isenção volta a valer até dia 31

- > Depois de acabar com a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para financiar parte das despesas com a crise energética no Amapá, o governo decidiu ontem zerar novamente o tributo até dia 31 de dezembro. A isenção começa a valer na próxima terça-feira.
- > Em nota, o governo informou que a cobrança do IOF no período de 27 de novembro a 14 de dezembro será suficiente para cobrir os gastos de R\$ 80 milhões como auxílio ao Amapá.
- > “Considerando que o aumento da arrecadação do IOF já compensou os gastos da operação, o governo federal decidiu reduzir novamente a alíquota do IOF a zero”, disse em nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 12/12/2020**Seção:** Cidades**Autor:** Jéssica Eufrásio / Vicente Nunes**Título:** STJ autoriza privatização

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou, ontem, a liminar que tentava interromper a privatização da subsidiária de distribuição da Companhia Energética de Brasília (CEB). O leilão, para venda de 100% das ações da CEB-D, ocorreu em 4 de dezembro, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). O presidente da corte, ministro Humberto Martins, entendeu que a decisão anterior — de suspensão da venda — deve ter os efeitos suspensos até o julgamento do mérito da ação principal. Cabe recurso da determinação.

O pedido havia sido protocolado por um grupo de parlamentares distritais e federais. Na data do leilão, a desembargadora Fátima Rafael, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios (TJDFT), suspendeu a decisão dos acionistas que autorizou a venda da CEB Distribuição (CEB-D). A alienação recebeu aval do grupo durante a 103ª Assembleia-Geral Extraordinária da CEB, em 13 de outubro. A magistrada defendeu a necessidade de autorização legislativa para liberação da venda.

Por outro lado, Humberto Martins entendeu que o negócio permitirá “a concretização de inúmeros investimentos e de políticas públicas, além de poder haver investimentos em outras subsidiárias do grupo, responsáveis pela geração de energia”. Ele acrescentou que a não concretização do processo é “ofensa à segurança e à ordem pública, tendo em vista a prolação de decisão liminar há apenas algumas horas do leilão”.

O ministro argumentou que a deliberação da assembleia extraordinária da CEB recebeu aval do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), da 4ª Vara Cível de Brasília, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF). “A suspensão dos efeitos do ato judicial é, portanto, providência excepcional, cabendo ao requerente a efetiva demonstração da alegada ofensa grave a um daqueles valores. Cuida-se de uma prerrogativa da pessoa jurídica de direito público decorrente da supremacia do interesse público sobre o particular, cujo titular é a coletividade”, afirmou na decisão.

Com a decisão do STJ, o Executivo local poderá concluir o processo de alienação da CEB-D e homologar a venda ao grupo Neoenergia. Feito isso, haverá prazo de um mês para que interessados tentem impugnar o negócio. Se não houver novos questionamentos, os futuros controladores da empresa, que atende 1

milhão de consumidores, encaminharão à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pedido para assumir a concessão dos serviços.

Recurso

A discussão gira em torno de como o processo ocorreu. Os parlamentares que se posicionaram contra a venda defendem que o tema deveria passar por avaliação do Poder Legislativo. No entanto, para o ministro, a criação de uma lei para autorizar a venda da estatal “não se faz necessária no presente caso”. “Importa destacar que, no que se refere à criação de subsidiárias, o regime jurídico que lhe é aplicável exige a autorização legislativa, mas não uma lei específica, sendo suficiente, portanto, a existência de disposição genérica em lei autorizando a constituição e extinção de subsidiárias”, completou Humberto Martins.

Outros pontos defendidos pelo ministro envolvem a independência entre os poderes Judiciário e Executivo, além de possíveis “prejuízos financeiros” caso não haja confirmação da venda. Um dos parlamentares que entrou com o processo na Justiça, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) considerou a “falta de transparência” o principal problema da alienação da estatal. Ele destacou que os parlamentares vão recorrer ao STF. “(A CEB) é um bem estratégico para a cidade, não dá para terceirizar. Na área pública, só se pode fazer o que é permitido. O que faltou nestes últimos anos foi gestão, mas não significa que tem de vender a empresa, mas recuperar”, afirmou. “Não estou convencido e não estão dispostos a discutir a matéria. Por que não debater, conversar com a bancada (do DF no Congresso Nacional), com a Câmara (Legislativa)? Por que não levar essa discussão aos consumidores? Só nos resta o poder Judiciário”, completou Izalci.

Em nota enviada por meio de assessoria, o distrital Fábio Felix (Psol) reforçou que o grupo vai manter o posicionamento e recorrer da decisão. Para ele, a alienação ocorreu sem que se observasse a legislação. “Seguiremos recorrendo à Justiça, para reverter o leilão realizado de forma ilegal, quando a liminar da desembargadora do TJDF estivesse válida e proibia a venda da CEB sem debate na Câmara Legislativa”, destacou o deputado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/12/2020

Seção: Cidades

Autor: Jéssica Eufrásio

Título: Greve será decidida na segunda

Em meio ao imbróglio judicial que discute a legalidade da venda da CEB Distribuição, os cerca de 830 empregados da empresa mantêm-se em estado de greve, para cobrar o cumprimento do acordo coletivo de trabalho (ACT). Na segunda-feira, às 9h, haverá nova assembleia dos funcionários. Os empregados vão avaliar a proposta de suspensão do movimento, apresentada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), desembargador Brasilino Santos Ramos.

A greve começou em 1º de dezembro. No dia 4, ficou suspensa, a pedido da Justiça, até o dia 7. No entanto, como não houve novo acordo, os funcionários decidiram manter o movimento. O ponto mais nevrálgico das negociações é a exigência dos trabalhadores de que a atual direção da CEB Distribuição mantenha a garantia de estabilidade dos empregos mesmo depois de o controle da empresa ser transferido para o setor privado. A previsão consta em cláusula do ACT, segundo o Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (Stiu-DF).

Ficou acertado que o acordo coletivo atual fica em vigor até o julgamento do dissídio de greve da categoria, que pode acontecer até fevereiro de 2021. Nesse período, o TRT-10 julgará o dissídio coletivo da categoria. Diretor jurídico do Stiu-DF, João Carlos Dias, afirma que o sindicato concedeu um voto de confiança, a pedido da Justiça, para que a CEB mantivesse o acordo até a avaliação do tema pela corte. “No dia 4, houve uma rodada de negociação, no tribunal, só que a CEB não mandou representante, porque estava em São Paulo vendendo a empresa”, comenta.

Das 51 cláusulas do ACT, a CEB, segundo o sindicato, tentou anular 24. Posteriormente, após negociações, tirou mais 12. No entanto, comprometeu-se a manter o acordo até o julgamento. O TRT-10 definirá quais pontos deverão ser mantidos no documento, que trata de questões como benefícios, reajuste de salários, horas extras e adicional de insalubridade.

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1869 - 1927)

Sábado 12 DE DEZEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46442

estadão.com.br

Com R\$ 20 bi, governo quer comprar e centralizar vacinas

Administração federal pretende, com medida provisória, garantir distribuição exclusiva de toda dose produzida no País

O governo editará medida provisória a fim de liberar R\$ 20 bilhões para compra de vacinas contra a covid-19. Com essa iniciativa, o ministro Eduardo Pazuello (Saúde) deve reforçar o discurso de que a sua pasta vai adquirir e distribuir todas as doses disponíveis do País, incluindo as da Coronavac, desen-

volvida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantã, ligado ao governo de João Dória (PSDB-SP). A verba deve ser usada para a compra de vacina e seus insumos, assim como na logística e na comunicação da campanha de imunização. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que as vaci-

nas devem ser "requisitadas" pelo ministério e "nenhum Estado vai fazer política e escolher quem vai viver ou morrer de covid-19". Dória disse ser "insanidade" uma MP que, segundo ele, prevê confisco de imunizantes. O Ministério da Saúde negou que pretenda fazer isso. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

66 (Ansiedade sobre a vacinação é causada pelo acionamento de algumas autoridades do País*)
EDUARDO PAZUELLO
MINISTRO DA SAÚDE

ENTREVISTA

Rodrigo Maia,
presidente da Câmara

Imunização falha pode afetar projeto de Bolsonaro

Para Rodrigo Maia (DEM-RJ), o maior erro cometido por Jair Bolsonaro até agora foi não ter se preparado para comprar uma vacina contra o novo coronavírus: "As pessoas estão entrando em pânico". Maia disse que Bolsonaro quer interferir na eleição da Câmara para pôr em prática sua agenda ideológica. **POLÍTICA / PÁG. A4**



Aglomerado de Natal

Pedestres circulam no Brás, ponto de comércio popular na região central de São Paulo; Prefeitura diz que fiscaliza

METRÓPOLE / PÁG. A20*

Abin orientou defesa de Flávio Bolsonaro sobre rachadinhas

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) encaminhou orientações por escrito a advogados do senador Flávio Bolsonaro (República-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, sobre como agir para tentar ser inocentado no caso das rachadinhas. As dicas foram repassadas por integrantes da cúpula da Abin pelo WhatsApp à defesa do senador, que recorreu ao

governo em busca de elementos para atestar uma conduta supostamente irregular de servidores da Receita Federal na obtenção de dados. Isso invalidaria as provas contra o senador. A Abin não se manifestou sobre o caso, revelado pela revista Época e confirmado pelo Estadão. A defesa de Flávio Bolsonaro informou que não vai mais se pronunciar. **POLÍTICA / PÁG. A10**

Seis são indiciados por morte no Carrefour

METRÓPOLE / PÁG. A25

Aos 64 anos, morre o fundador da WTorre

ECONOMIA / PÁG. B10

Ritmo de montadoras cai por falta de peças

ECONOMIA / PÁG. B1

Lista de 3 melhores do mundo exclui Neymar

ESPORTES / PÁG. A28

Tempo em SP 20' Min. 28' Min.



MISTO
70% MATERIA PLÁSTICA
DE ALTA QUALIDADE
FICP 0113239

Este produto é reciclado e contém 70% de plástico de alta qualidade. O símbolo de reciclagem indica que o produto é reciclado e contém 70% de plástico de alta qualidade.

Fernando Reinach
Estudo da fase 3 da vacina da Pfizer ensina como fazer ensaio clínico com perfeição. **METRÓPOLE / PÁG. A22**

João Gabriel de Lima
Políticos jovens estão usando a tecnologia para fidelizar eleitores pelos resultados. **POLÍTICA / PÁG. A18**

Marcelo Rubens Paiva
Sonho de todos, emagrecer enquanto dorme, aprender línguas enquanto dorme. **NA QUARENTENA / PÁG. B8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Em nome dos filhos

O patrimonialismo da família Bolsonaro é praticado à luz do dia, sem uma noção de republicanismo, um simulacro de impessoalidade que seja. **PÁG. A3**

A forja de um estadista
Feliz seja a Nação se, ao menos uma vez, Bolsonaro levasse em conta o interesse público. **PÁG. A3**

O novo shopping é um sonho. Mais info: www.cjshops.com

CJ SHOPS
SEU NOVO SHOPPING NOS JARDINS

SHOPS
JARDINS

Novo endereço: Tel.: 011 3080 1000

GRANDE DUELO SUVs 7 LUGARES

TIGGO 8 VS TIGUAN

VerCapas

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 69 DIAS

SÁBADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.491 ★ R\$ 5,00

Abin agiu por filho de Bolsonaro, diz revista

A Agência Brasileira de Inteligência produziu relatórios para ajudar a defender o senador Flávio Bolsonaro no suposto esquema de "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio, segundo reportagem da revista Época. O Gabinete de Segurança Institucional negou ter atuado no caso. A defesa de Flávio não se manifestou. Poder A1

Governo fala em vacina para todos após 9 meses de Covid

Operação deve custar R\$20 bi, segundo Guedes, e só foi deflagrada após anúncio de campanha paulista

Em novo dia de disputa com estados e após nove meses de pandemia, o governo Jair Bolsonaro, que já declarou ser contra vacina obrigatória, prevê R\$ 20 bilhões para imunizar toda a população contra a Covid-19 em 2021.

Até o fim do mês passado, o Ministério da Saúde tinha outro plano. No dia 27 de novembro, a ideia era vacinar apenas grupos prioritários. Agora, informações desmentidas geram até debate sobre confisco de vacinas.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse que o ministro Eduardo Pazuello decidira requisitar doses feitas no país ou importadas via medida provisória. João Doria, de São Paulo, reagiu, e a pasta negou a intenção.

Interlocutores do Planalto afirmaram, porém, que o governo chegou a avaliar editar um decreto, mas desistiu diante das chances de perder no Supremo. Doria promete vacinar os paulistas a partir de 25 de janeiro.

Enquanto o embate seguia, o ministro Paulo Guedes falava de gastos. "Se formos partir agora para uma campanha de vacinação em massa, devem ser mais ou menos R\$ 20 bilhões", declarou ao Congresso. Saúde B1



Agustín Mercante/Reuters

CÂMARA DA ARGENTINA AVANÇA NA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Ato em frente ao Congresso celebra aval dos deputados ao projeto de lei que garante direito a interromper gestação apenas pela vontade da mulher até a 14ª semana; texto vai agora ao Senado, que, há dois anos, rejeitou proposta parecida. Mundo A12

Guedes vê fim de ano sem reformas e sairá de férias

As principais reformas defendidas por Paulo Guedes foram adiadas para 2021, incluindo a mais recente, a PEC Emergencial. Diante do fracasso na negociação com o Congresso, Guedes sairá de férias do dia 18 até 8 de janeiro. Mercado A17

Bruna Barros Tudo novo na vida no sertão

Com a pandemia e a vontade de viver de outra maneira, Allen e eu mudamos de São Paulo para a Ilha do Ferro, à beira do São Francisco. À noite, fico olhando o céu estrelado. Ilustrada C7

Ilustradora da coluna de Mario Sergio Conti, que lhe cedeu o espaço

Polícia indiciou seis pessoas por morte de Beto Freitas

A polícia indiciou, por homicídio triplamente qualificado, seis pessoas pela morte de Beto Freitas, homem negro de 40 anos espancado em Carrefour de Porto Alegre. São três seguranças, uma fiscal e dois funcionários. Cotidiano B6

Plano de chacina saiu da própria PM, aponta apuração

Em outubro de 2012, dois PMs saíram de um quartel rumo à favela de Heliópolis, em São Paulo, para fazer uma chacina. Mas foram mortos, delatados por um colega a traficantes. O processo ainda tramita na Justiça Militar. Cotidiano B6

Por vírus, restaurantes de Nova York voltarão a fechar área interna A13

Pornhub exibe vídeos com menores e estupro Site contém centenas de vídeos de conteúdo ilegal. Visa e Mastercard cortaram serviço à empresa, que diz ter reforçado medidas de segurança. A14 e A15

Katia Rubio Atletas não se compram em shoppings B9

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 224.661.655
VISITANTES ÚNICOS 37.058.915



Cotidiano B2 Morre aos 65 Leila Richers, jornalista e ex-apresentadora da TV Manchete

Carreiras C8 Normalização do home office abre caminho para o nomadismo digital

Ilustrada C2 Ubirany, do grupo Fundo de Quintal, morre aos 80 anos infectado por Covid

Ilustrada C1 Desfile no CCSP traz à luz figurinos que brilharam no Theatro Municipal

Mercado A25 Fundador da WTorre, empresário Walter Torre Júnior morre aos 64 anos

Ambiente B7 Assinado há 5 anos, acordo de Paris resiste à negação de mudanças climáticas

Suprema Corte rejeita ação para reverter vitória de Joe Biden A13

EDITORIAIS A2

Sem apagão Sobre alta da energia elétrica e fala de Bolsonaro. Argentinas à frente Acerca de avanço do projeto que autoriza o aborto.

Por vírus, restaurantes de Nova York voltarão a fechar área interna A13

Pornhub exibe vídeos com menores e estupro Site contém centenas de vídeos de conteúdo ilegal. Visa e Mastercard cortaram serviço à empresa, que diz ter reforçado medidas de segurança. A14 e A15

Suprema Corte rejeita ação para reverter vitória de Joe Biden A13

EDITORIAIS A2

Sem apagão Sobre alta da energia elétrica e fala de Bolsonaro. Argentinas à frente Acerca de avanço do projeto que autoriza o aborto.

CJ SHOPS
SEU NOVO SHOPPING NOS JARDINS

Seu shopping dos Jardins
Mais em www.cjshops.com

Seu novo shopping nos jardins

Seu shopping dos Jardins
Mais em www.cjshops.com

TYRE life™

SEU PNEU PIRELLI AINDA MAIS PROTEGIDO, POR NOSSA CONTA.

ATÉ 1 ANO DE PROTEÇÃO CONTRA: PERFURAÇÃO | CORTE LATERAL | BOLHA

COMO CADASTRAR?

- 1 DIRIGIR-SE À UMA REVENDA OFICIAL PIRELLI PARTICIPANTE*
- 2 COMPRAR 2 OU MAIS PNEUS PIRELLI*
- 3 FAZER A ATIVAÇÃO DO TYRELIFE™

O prazo de validade do seu TYRELIFE™ é calculado a partir da data de compra, podendo ser estendido por mais 6 meses, após uma revisão gratuita em uma das Revendas Oficiais Pirelli participantes.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 0800 728 76 38 | sac.pneus@pirelli.com

*A oferta é reservada apenas para pneus Pirelli e não se aplica a pneus de outras marcas.

PIRELLI É A SOLUÇÃO PARA TODAS AS SITUAÇÕES.

Obituário: Ubirany, fundador do Cacique e do Fundo de Quintal e que revolucionou as rodas de samba, aos 80 anos SEGUNDO CADERNO

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2020 ANO XXVI - Nº 31.904 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 3ª EDIÇÃO

CASO DA 'RACHADINHA'

Partidos pedem que PGR apure atuação da Abin pró-Flávio

Época: Inteligência do governo orientou defesa do senador contra a Receita

Ação da Agência Brasileira de Inteligência, que enviou em setembro dois relatórios ao senador Flávio Bolsonaro sugerindo estratégias no caso da "rachadinha" na Alerj e recomendando ao go-

verno a demissão de servidores da Receita Federal, levou diversos partidos a pedir investigação ao procurador-geral da República, Augusto Aras. Ele anexou as informações a uma apuração em

curso. O conteúdo dos documentos foi revelado por GUILHERME AMADO na revista Época. O Gabinete de Segurança Institucional negou o uso da máquina a favor do filho do presidente. **PÁGINA 6**

Bolsonarista fica em 4º lugar na lista do MP-RJ

Candidato bolsonarista ao cargo de procurador-geral de Justiça do Estado do Rio, Marcelo Rocha Monteiro ficou em 4º lugar e não entra na lista tripartite que irá para escolha do governador em exercício. Luciano Mattos ficou em 1º lugar. **PÁGINA 21**

MERVAL PEREIRA

Caso da Abin é passível de impeachment
PÁGINA 2

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

A aventura de viajar no tempo
SEGUNDO CADERNO

Governo vai requisitar vacinas compradas no país

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, aliado de Bolsonaro, disse que o governo federal prepara medida provisória para requisitar todas as

doses de vacina que venham a ser produzidas no Brasil ou importadas, para centralizá-las no Ministério da Saúde. O governador João Doria

chamou a medida de "confisco". Já o ministro Paulo Guedes (Economia) falou em liberação de R\$ 20 bilhões para comprar vacinas. **PÁGINA 14**

SOB PRESSÃO

Agência dos EUA libera imunizante da Pfizer para uso emergencial **PÁGINA 14**



Retrato do caos na Saúde do Rio

No Hospital Ronaldo Gazolla, em Acari, Zona Norte, homens empurram ambulância enguiçada. Os 30 leitos adicionais de UTI prometidos pela prefeitura para a unidade não foram instalados. **PÁGINA 16**

Cedae: edital tem metas para água, esgoto e poluição

Editais de privatização da Cedae, que será lançado na semana que vem, estabelece 90% do esgoto tratado e 98% da população abastecida com água potável num prazo de 12 anos, além da despoluição da Baía de Guanabara. Previsão de investimentos privados é da ordem de R\$ 33 bilhões. **PÁGINA 22**

Fala, Pazuello!



— O Ministério da Saúde informa: não estamos no finzinho, mas sim no fim da picada da pandemia!

Trump perde última chance na Suprema Corte

Ação do secretário de Justiça do Texas para anular resultado das eleições em quatro estados onde Joe Biden venceu foi rejeitada pela Suprema Corte dos EUA. Era a última chance de Trump reverter a derrota eleitoral. Decisão abre caminho para confirmar democrata como presidente no Colégio Eleitoral na segunda-feira. **PÁGINA 35**

Seis pessoas são indiciadas por morte de negro no Carrefour

A polícia indiciou seis por homicídio triplamente qualificado, mas não apontou racismo na morte de João Alberto Freitas. **PÁGINA 38**

Após 26 anos, governo cubano anuncia que vai unificar moedas

Peso conversível será extinto em seis meses, restando o peso cubano, que terá primeira desvalorização desde revolução de 1959. **PÁGINA 36**

GRANDE DUELO SUVs 7 LUGARES

TIGGO 8 VS TIGUAN

VEJA NAS PÁGINAS 7, 8 E 9.

VerCapas

CADA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

No trânsito, o sentido é vida.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1900; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 12 DE DEZEMBRO DE 2020

NÚMERO 21.020 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50

TORRE DE NATAL



Um show de luzes coloridas traz as comemorações do Natal para a área central de Brasília. A Torre de TV terá exibição diária, com projeção mapeada e canhões de laser.

PÁGINA 14

País chega ao pior cenário da covid: 180 mil mortos

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro diz que a pandemia está no "finalzinho" e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, demonstra enorme dificuldade em coordenar um plano de vacinação nacional, o Brasil confirmou o pior prognóstico sobre o avanço da doença, elaborado na gestão de Luiz Mandetta. Ontem, o país alcançou a marca de 180.437 mortes pela doença. Em mais um dia de ataques políticos e nenhum progresso no impasse da vacina, o ministro Pazuello disse que vai pedir celeridade à Anvisa na análise dos imunizantes. Servidores da agência, em carta aberta, afirmam que não aceitam pressões políticas.

✓ DF investiga três casos suspeitos de reinfecção

PÁGINAS 9 E 13



"É preciso criar as condições para o diálogo"

» ANA DUBELUX » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

O novo arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Brasília, dom Paulo Cezar Costa, assume hoje a função disposto a construir pontes na capital federal. Em entrevista ao *Correio*, ele conta que, à frente da Igreja Católica na cidade, pretende adotar a "cultura do encontro", ensinamento defendido pelo papa Francisco que consiste em propor o diálogo para desarmar os espíritos. PÁGINAS 16 E 17

Concluída licitação do Hospital Oncológico

Unidade terá capacidade para o atendimento de 9 mil pacientes anualmente. Obras serão fiscalizadas pela Novacap. PÁGINA 14

ARGENTINA

Legalização do aborto vai ao Senado

Aprovado na Câmara dos Deputados, projeto de lei do presidente Alberto Fernández, que autoriza a interrupção da gravidez, será votado pelos senadores no próximo dia 29.

PÁGINA 10

SHOW DE BOLA

Real sobre para elite do Brasileirão

Leões do Planalto vencem Tiradentes-PJ e garantem vaga na Série A de 2021. DF terá, pela primeira vez, dois times na principal divisão nacional do futebol feminino.

PÁGINA 14

Nada emergencial

PEC que prevê gatilhos para o teto de gastos fica para 2021. PÁGINA 2

Mulher e filhos soltos

Delegado preso por plantação de maconha segue detido. PÁGINA 15

Mais investigação

Chefe do MPDFT quer ampliações anticorrupção. EXO CAPITAL, PÁGINA 14

Ana Rayssa/CB/DA Press



Exportação sem ideologia

Superintendente da CNA, Bruno Lucchi afirma ao *CB Agro* que é necessário pragmatismo no comércio. PÁGINA 7

Privatização da CEB tem aval do STJ

Presidente da Corte, ministro Humberto Martins derrubou liminar que tentava impedir a venda da subsidiária de distribuição da Companhia Energética de Brasília. Com isso, o GDF espera concluir o processo de alienação e homologar a venda ao grupo Neoenergia, que pagou R\$ 2,5 bilhões no leilão ocorrido no último dia 4. Ainda cabe recurso judicial. PÁGINA 18



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIVERSOS ASSOCIADOS (DA)

MME / ASCOM .